

RESENHAS

P. Banyard e N. Hayes

THINKING AND PROBLEM SOLVING, The British Psychological Society, Leicester, 1991, 30 páginas (\$3,99 libras).

Comentamos, em outra oportunidade, *Language and thought*, de Judith Hartland, um dos seis tomos que compõem as "Open Learning Units on Cognitive Processes", preparadas sob o patrocínio da British Psychological Society (BPS). Pois este *Thinking and problem solving* é o sexto fascículo dessas "unidades" relativas aos processos cognitivos.

Os fascículos são "grandes" (formato "revista", ou seja, 30x21 cm) mas "finos", isto é, com cerca de 50 páginas. Como se deixa explícito, são elaborados para uso em sala de aula.

Este fascículo está dividido em seis partes: 1) pensamento; 2) raciocínio; 3) representação; 4) desenvolvimento da representação; 5) resolução de problemas; 6) modelagem por computador. Tal qual os demais fascículos, há, no final, alguns exercícios, lista de leituras recomendadas, referências, glossário e respostas (para as questões distribuídas no texto).

Os autores iniciam o trabalho lembrando que Locke, no século 17, entendia "pensar", como fruto de "associações - uma idéia levando a outra". O pensamento, nesse caso, podia ser visto como "encadeamento de idéias". Em tempos mais próximos, Freud propôs que o pensamento fosse contemplado como "fruto de tentativas de satisfazer necessidades biológicas". Piaget, em meados deste século, afirmava que as crianças, visando adaptar-se à circunstância, erigiam, em suas mentes, "modelos" do mundo - utilizados para nortear as ações sobre a circunstância. Por sua vez, Vigotsky (mais ou menos nos anos

60 deste século) imaginou que o pensamento defluiu da necessidade que a criança tem de re-estruturar cognitivamente as situações que enfrenta. Enfim, Dewey (no início deste século) imaginou que o pensamento ocorria sempre que certas "rotinas" deixassem de resolver as usuais dificuldades que enfrentamos ao viver.

Na parte 2, os autores comentam o tipo de "insight" que ocorre quando se tem, de súbito, uma idéia, capaz de superar uma dificuldade - que os costumeiros "ensaios e eliminações de erros" não eram capazes de contornar. Falam de Liam Hudson (1966) e de seus dois "estilos" cognitivos, o convergente (lógico) e o divergente (intuitivo). Comentam, ainda, os trabalhos de Wason e Laird (1970). Lembram que a maioria das decisões que tomamos exigem algum tipo de "avaliação" - a que se segue uma opção, uma escolha. Tais escolhas dependeriam de uma "lógica" muito mais ampla e rica do que a lógica tradicional. Em suma, os autores defendem a idéia de que há um pensar "humano", mais vasto e geral do que o pensar "lógico".

A terceira parte está reservada para a representação: de que modo representamos, mentalmente, as informações recebidas? Os autores notam que a formação de conceitos permite classificar e ordenar conhecimentos factuais. Acolhem noções de Rosch (1975), segundo as quais o ser humano "agrupa" e estabelece "liames" entre conceitos corriqueiros por meio da ação (exercida sobre objetos correspondentes àqueles conceitos). Falam, ainda, de certos "esquemas" (Neisser, 1976); dos "scripts" (Schank, 1977) e dos "mapas cognitivos" (Tolman, 1948). Encerram as considerações observando que é difícil descrever como representamos idéias e objetos - porque, entre outras coisas, a fim de descrever pensamento, é preciso usar o próprio pensamento.

A parte 4 inicia-se com a verificação de que os modos de preservar informações se associam, numa primeira fase, aos movimentos musculares. Logo a seguir, essa preservação de informações se faz com auxílio de imagens visuais. Numa terceira fase, apoia-se na capacidade de emprego de símbolos. Em perspectiva diversa, Piaget sugeriu que o desenvolvimento cognitivo seria função de formação e elaboração de "esquemas" - entendidos como representações mentais que se prestam para nortear as ações. Após o "esquema" corporal, viriam,

então, "assimilações" (ampliando a área de atuação dos esquemas) e "acomodações" (ou seja, uma série de "ajustes" dos esquemas, em vista de informações novas).

Na parte seguinte, os autores lembram "ensaio e erro (na verdade, "ensaio-e-eliminação-de-erro") como "tática" para a resolução de dificuldades; diseutem ligeiramente as chamados "learning sets" (propostos par H. F. Harlow, em 1949); e os "mental sets" (de Luchins, 1959). Mostram, em rápidas pinceladas como a pensamento poderia "libertar-se de peias", ingressando em "terrenos laterais" (idéias discutidas por De Bono, em 1969). E finalizam com ligeiro apanhado do "brainstorming".

Na última parte do livro há breve alusão à "revolução cognitiva" provocada pelos computadores, a partir de 1960-70, de acordo com a qual o cérebro humano age como um complicado computador. Dando um salto para a final do fascículo, notemos algumas palavras com que os autores a encerram : "... human experts often have implicit knowledge which is not easily verbalized...".

Este fascículo de "Cognitive processes" não pareceu tão interessante quanto o que comentamos anteriormente. É possível que estudiosos de psicologia se interessem por ele, dada a visão geral (rápida e talvez fácil de ler) que nferece da matéria abordada.

Leonidas Hegenberg

Rel 16 (maio 96).

Michael Macrone

A LITTLE KNOWLEDGE, London, Pavilion Books, 1995, 253 páginas, ilustrações de Tom Lulevitch. (12,99 libras.)

Michael Macrone completou seus estudos universitários na Brown University e na Universidade da Califórnia. Diplomou-se em matemática e, posteriormente, em língua e literatura inglesa (concentrando-se em estudos semióticos). Seus trabalhos são curiosos e os títulos a eles atribuídos dão boa idéia da orientação geral a que se submetem: *Brush up your mythology*, *Brush up your bible* e *Brush up your classics*.

O quinto livro de Macrone tem um título diferente, mas preserva o "clima" dos anteriores. É uma apresentação das "grandes idéias" surgidas no ocidente, desde a época dos filósofos gregos até os tempos da física quântica. O autor sublinha, na breve introdução, de duas páginas, não estar preocupado com inventos tecnológicos, mas com idéias, ou seja, teorias, leis, princípios, paradoxos, aforismos, construtos complexos, falácias e alegações "imoderadas" ("outrageous claims", como ele diz). Em suma, o livro dá atenção a inovações intelectuais - na filosofia, na ciência, na cultura.

Macrone realça vocábulos e "catchphrases" ("frases sedutoras" seria uma boa tradução"?) freqüentemente citadas nas "rodas cultas", com o objetivo de dar um rumo às conversações. Entre essas frases sedutoras (se desejarmos ilustrar com adequação o plano do autor) podemos citar, digamos, "pecado original", "paradoxo de Zenon", "tabula rasa", "imperativo categórico", "ubermensch", "eureka!", "princípio da incerteza", "big bang", "caos". "reflexo condicionado". "complexo de Edipo", "aldeia global", "realidade virtual", "laissez faire", "inconsciente coletivo", "a religião é o ópio do povo", e muitas outras. São 80 frases sugestivas, cada qual delas examinada em duas, três ou quatro páginas, de modo curioso e atraente, sem descer a minúcias

dispensáveis, mas, ao mesmo tempo, sem perder de vista a coerência e a fidelidade ao "projeto" de quem haja cunhado essas frases.

Ao lado das idéias filosóficas (exploradas nos quatro capítulos da primeira parte do livro - p. 1-73) e das científicas (discutidas nos cinco seguintes capítulos, segunda parte - p. 75-156), encontramos as idéias surgidas no seio das ciências humanas (quatro capítulos, terceira parte, p. 157-238). Em dois curtos apêndices. Macrone comenta a famosa equação de Einstein, associando massa e energia, e a "equação do caos", indicativa do tamanho de uma "população", em certo ano, a partir do tamanho dessa "população" em ano anterior. As indicações a respeito de obras consultadas aparecem nas p. 243-46. O índice remissivo (sete páginas) se mostra muito útil. Mais citado (cerca de vinte vezes), em todo o livro, é Einstein. Muito citados, também, são Euclides, Freud, Galileu, Hebel, Hobbes, Hume, Jung, Kant, Newton e Platão. Notar, porém, que Occam, Pascal, Zenon. Descartes, Marx, Sartre, Heisenberg, Gödel, McLuhan e muitos outros autores têm, cada qual, um capítulo inteiro a eles devotado.

Na parte dedicada à filosofia, Macrone fala um pouco de religião - p. ex., do pecado original, da prova ontológica da existência de Deus, e do sentido em que Nietzsche entendia o cristianismo como perpetuador de intolerância e conformismo. Em seguida, comenta aspectos da filosofia antiga - p. ex., idéias de Heráclito; o paradoxo de Zenon; o "mito da caverna", de Platão; e as "leis básicas do pensamento", de acordo com Aristóteles. Os nove comentários seguintes se voltam para a filosofia moderna, que se inicia com Descartes e Hume, para chegar aos problemas da indução (Bacon), à revolução provocada por Kant, ao "contrato social" (Comte) e à dialética (Hegel). Essa parte se encerra com certos aspectos da filosofia do século XIX - utilitarismo, o "super-homem nietzshiano", o pragmatismo, a fenomenologia, o existencialismo, as idéias de Wittgenstein e de Sartre.

Pelo dito, o leitor poderá perceber o que Macrone planejou e, em verdade, conseguiu concretizar: obra de referência, bem escrita, simples, sem sofisticções, destinada a lançar certa luz sobre inúmeras noções que "estão no ar", freqüentemente mal assimiladas, mas, ainda assim constantemente repetidas, como núcleo de muita prosa (séria e fiada). Lendo o que nosso autor registra, essas noções poderão ser

debatidas com um pouco mais de segurança. O livro de Macrone é interessante e merece consulta, mesmo que apenas ocasional perfunctória.

O autor não deixa, aqui e ali, de juntar uma observação mais ou menos jocosa a seus comentários, o que toma a leitura ainda mais "gostosa". Como ex., lembra que Locke implantou o empirismo no Reino Unido, sem, no entanto, convencer os pensadores franceses - presos ao racionalismo. "Isso" (nota na p. 46), "é mais uma razão que leva ingleses a se preocuparem, dubitativamente, com a união da Europa e com o túnel sob as águas do Canal". Na p. 119, nota que a teoria dos jogos, nascida no âmbito das teorias econômicas, "foi um desastre na Economia, embora útil em outras áreas"... Na p. 184, Macrone registra que estudiosos de semiótica são, em geral, estudantes de cinema, o que explicaria a imagem que apreciam - a de francófilos que fumam-cigarro-após-cigarro-sem-parar. [Mais "notinhas divertidas" nas p. 53, 117, 198 e 203.]

Para um leitor não especializado, pareceram-me especialmente bem feitos os ensaios a respeito de "coisa-em-si" (Kant), "dialética" (Hegel), "dilema do prisioneiro" (da teoria dos jogos), "princípio do prazer" (Freud) e "lei de Parkinson" (a lei segundo a qual "o trabalho se amplia de modo a preencher o tempo que lhe for destinado").

Na condição de especialista em semiótica, o autor foi particularmente feliz na seção "De-signs of the times" (p. 183-203), onde reuniu muito boas discussões em torno da "gramática universal" (Chomsky), da "deconstrução" (Derrida), da "aldeia global" (McLuhan) e da "realidade virtual". Aliás, para quem dispõe de um computador e tenha nele instalado o Internet, as observações de McLuhan parecerão muito interessantes.

Leonidas Hegenberg

LH Res R 27, dez 95.

Mary M. Smyth, Alan F. Collins, Peter E. Morris e Philip Levy
COGNITION IN ACTION, Hove (UK), Lawrence Erlbaum associates,
Publishers, 2ª ed., 1994, 455 páginas

Não encontrei indicação a respeito da data em que apareceu a primeira edição deste livro. Na verdade, não me empenhei em obter a informação. Por isso, comparações entre edições deixarão de ser feitas. Vale a pena registrar, todavia, que a prof^a Dianne Berry, da Universidade de Reading, afirma (última capa) que esta versão nova inclui vários tópicos não discutidos na anterior. Diz, ainda, que quase todos os capítulos e ontem novas seções, o que o toma, a rigor, um livro novo. De qualquer modo, vale a pena comentá-lo.

O fenômeno da cognição está cheio de incógnitas. Não é simples a tarefa de ordenar os temas relevantes, associados ao fenômeno, para lhes dar adequado sequenciamento. Não é simples, também, a tarefa de arrolar, em cada tema porventura selecionado, aquilo que dele efetivamente faz parte - sem pertencer, em parte, a territórios vizinhos, de fronteiras fluidas. Igualmente complicada é a tarefa de sopesar os experimentos que se realizam, mundo afora, na tentativa de corroborar este ou aquele ponto de interesse. Em suma, a cognição ainda está cheia de mistérios. Mesmo assim, são numerosos e significativos os progressos ultimamente registrados nesse campo. É de tais progressos que trata o livro de Mary Smyth e colaboradores.

De maneira genérica, a cognição gira em torno de vários problemas específicos. Vale a pena citar alguns, fazendo alusão, em cada caso, a certas dificuldades que cercariam sua resolução.

(1) Um primeiro problema seria o da percepção. Que assegura a possibilidade de perceber e identificar objetos? Essa questão requer complexos estudos neurofisiológicos. Ao que parece, reconhecer objetos é algo determinado, em larga medida, pela sua "descrição" visual. Não se pode olvidar, porém, que objetos são usualmente percebidos em situações contextuais.

(2) Novo problema é o da leitura. Como se processa reconhecimento visual e sonoro de padrões, em especial, de letras e palavras? A leitura é um alvo óbvio dos estudos psicológicos. Ler um texto exige padrão coordenado de movimentos dos olhos, ora com "fixações" (olho estacionado, para absorção de informação visual), ora com "saltos" (olho em rápidos movimentos, de uma para outra fixação). O reconhecimento de letras tem sido muito estudado. Aparentemente, as variadas formas das letras "convergem" para uma forma "abstrata", anterior ao reconhecimento das palavras. Apesar, porém, das diversas teorias formuladas, ainda não foi satisfatoriamente resolvida a questão de saber como se dá a compreensão de significados das palavras. (Não esquecer, a par disso, que as palavras se reúnem em sentenças e que estas também colocam o problema do significado.)

(3) Nova questão, de extremo interesse, é a da categorização, ou seja, a da formação de conjuntos (e, indiretamente, de conceitos). Como distinguimos lebres e coelhos? Que nos faz reunir objetos similares, formando classes? Lembrando que reunir coisas em grupos é fundamental para organizar conhecimentos, nota-se que essa questão é absolutamente básica para a vida humana. Sempre que formamos classes, estamos deliberando acerca de significados (de coisas) e de comportamentos (que, por variadíssimas razões, convém adotar frente a essas coisas). Estamos, por abstrações "escapando" de coisas concretas e casos individuais, para atingir o nível do discurso formal. Em outras palavras, ao formar classes, usamos as percepções e cogitamos das funções para as coisas possam ter, em nossas vidas, visando ao conhecimento.

(4) Depois desses "momentos" (percepção, reconhecimento de padrões, compreensão de significados), outro problema que se apresenta é o do planejamento de movimentos, com o fito de coordená-los para executar determinadas ações. Vários movimentos estão, por certo, na dependência de acuidade visual. Além disso, parece claro que evitamos efetuar muitos movimentos em seqüência, preferindo executá-los "em grupos", com alguns movimentos simultâneos. A habilidade que possamos desenvolver depende, mais uma vez, da visão e de como o conhecimento espacial tenha sido armazenado.

(5) Novo problema é o da execução concomitante de duas tarefas. p. ex., ler e ouvir música, dirigir um carro e conversar, ouvir uma aula e anotar pontos de interesse. (A idéia se põe clara ao considerar olhos e mãos de um pianista; objetivando alcançar certos efeitos sonoros, ele executa determinados movimentos. Daí, alguns problemas: até que ponto movimentos diversos se podem tornar "automáticos"? E até que ponto a "prática" está em condições de melhorar a atuação? São questões que os especialistas procuram examinar, com técnicas experimentais sucessivamente mais elaboradas.

Depois dessa fase, tem início outra, de muito maior complexidade, envolvendo atividades "nobres" como, digamos, (6) fazer cálculos, (7) articular sons até produzir um discurso, (8) entender mensagens que nos remetam, (9) relatar um incidente. (10) recordar ocorrências passadas, (11) "organizar" um passeio por uma cidade que ainda não conhecíamos, (12) investigar um crime e, enfim, (13) atingir o nível dos diagnósticos médicos. Cada qual dessas atividades é tema de um capítulo do livro de Mary Smyth e seus associados.

(6) Cálculos mentais são notável "momento" da cognição. Certas contas "longas" exigem decomposição da tarefa em "etapas" e, naturalmente, o "arquivamento" (provisório) de resultados parciais - recuperados, em seguida, para dar prosseguimento ao cálculo.

(7) De acordo com os autores, o padrão das "pausas", no falar (no começo e no fim das frases), assim como regularidades encontradas nos enganos cometidos (*lapsus-linguae*), sugerem que o "planejamento" de uma comunicação qualquer se processa mediante cláusulas ou sentenças completas. Embora o tema ainda esteja sujeito a controvérsias, parece que o final de uma "produção de fala" marca o início da "percepção" e da "compreensão" da fala - assunto de (8).

(8) Neste capítulo, usando a idéia que se tem de uma aula, os autores discutem a compreensão e a possibilidade de ignorar (toda ou em parte) uma dada mensagem.

Dados experimentais abundantes reforçam a teoria de que qualquer pessoa usa o contexto a fim de simplificar a compreensão de palavras. De acordo com alguns estudiosos, quando uma palavra é encontrada numa sentença, costuma ser substituída por uma "representação" - que consiste de características do objeto referido.

Outros, no entanto, acham difícil imaginar características de vocábulos abstratos (p. ex., 'tentar', 'pretender', etc.). Acordo, no entanto, há quanto ao fato de que a compreensão de um discurso requer inferências.

(9) O capítulo 9 discute a questão do registro, do arquivamento e da recuperação de lembranças. Entre as conjecturas que aí se apresentam, uma das mais curiosas diz que a memória é utilizada para "dar sentido ao mundo, prever o que poderá acontecer, oferecer subsídios para o planejamento de ações. Assim, a memória deve socorrer os seres humanos. Para tanto, estabelece equilíbrio dinâmico entre facilidade de acesso e utilidade das lembranças.

(10) A memória é examinada de modo pormenorizado no capítulo 10, cujo título foi bem escolhido: "Celebrating a birthday: memory of your past, in the present and for the future". O vocábulo 'memória' costuma estar associado a um "retorno" de imagens passadas (habitualmente associadas a certas emoções sentidas). Há que lembrar, porém, que o passado contigora, de vários modos, o presente. Assim, o item discutido em profundidade é o da "prospective memory". Se me proponho a realizar algo, em algum momento futuro, devo (a) "formar uma intenção"; (b) lembrar-me dessa intenção, no momento azado; e C praticar a ação. Esse tipo de memória é conhecido como "prospective" - e possivelmente o de que mais cogitamos, quando nos falha...

(11) No capítulo 11, os autores examinam a aquisição e o uso de conhecimento espacial - como se ilustra ao chegar a uma cidade não antes visitada. O papel dos mapas, das figuras e das imagens é estudado em pormenor. A conclusão, diante de muitas controvérsias, é a de que o conhecimento espacial envolve praticamente todos os aspectos da cognição.

(12) O penúltimo capítulo toma por base a idéia da investigação feita por um detetive. Inferir e resolver problemas seriam, nesse caso, os elementos de maior destaque. Os autores falam da lógica (dedutiva e indutiva), lembrando que o uso de regras de inferência é grandemente facilitado pela constante alusão a situações reais. Em verdade, afirmam, o êxito de Sherlock não se deve às deduções, mas à capacidade que possuía de resolver problemas - com muitos recursos e não apenas com a lógica.

(13) O capítulo final se volta para o diagnóstico médico - manifestação suprema da capacidade cognitiva, uma vez que requer decisões (às vezes instantâneas) em condições desfavoráveis (com altos riscos).

O sumário feito deve permitir que o leitor faça idéia do conteúdo deste livro de Smyth e colaboradores. Talvez ele não traga muitas novidades para especialistas. Para leigos, no entanto, é de leitura muito agradável. Informa; dá boas indicações a respeito do estágio em que se encontram muitas pesquisas, em diversas áreas; comenta os experimentos de maior interesse; faz um balanço de opiniões conflitantes; indica rumos, na ampla bibliografia; e, afinal, estabelece uma pauta de referência para situar os diversos problemas enfrentados por estudiosos de cognição. Vale a pena, pois, dedicar-lhe atenção.

Leonidas Hegenberg

Ih res 020; mai 95.

Ih RES R 20

A. C. Grayling (organizador)

PHILOSOPHY, Oxford, Oxford University Press, 1995, 675 páginas (13 libras).

Poucas pessoas contestariam a afirmação de que as universidades do Reino Unido figuram entre as mais acatadas, em todo o mundo, quando se cogita de estudos filosóficos. Em particular, a Universidade de Londres é, sem dúvida, uma das mais importantes formadoras de especialistas "single-subject" (como ali se diz). Pois bem, este livro, organizado por Grayling é o resultado de um projeto relevante e, em certa medida, ousado - qual seja, o de oferecer, aos eventuais interessados, um "retrato" da filosofia discutida e ensinada na London University.

A. C. Grayling é "lecturer", no Birbeck College. De acordo com seu modo de ver, a investigação filosófica destina-se a permitir equacionar problemas relativos à verdade, ao conhecimento, à razão, à realidade, ao significado, à mente e aos valores. Em perspectiva de vôo de pássaro, cabe dizer que os gregos abordaram quase todas as questões filosóficas, sendo muito grande a dívida que temos para com eles. Durante o período que vai do século quarto ao décimo-sétimo, o pensamento ocidental foi "restringido" (se a palavra é essa) pelas considerações teológicas. No século 17, ocorreu notável revivescência da pesquisa filosófica, associada ao surgimento da ciência moderna. De lá para cá, os filósofos têm-se preocupado com tudo aquilo que não se haja transformado em bem delimitado ("self-standing", diriam os ingleses) ramo do conhecimento. Por conseguinte, a filosofia, torna-se empreendimento que (1) resolve (tenta resolver) satisfatoriamente os problemas arrolados acima; ou (2) encontra meios para deixá-los entregues aos especialistas que focalizam áreas específicas de pesquisa.

Assim pensando, Grayling (como, de resto, grande parte dos pensadores ingleses - especialmente em Londres e Oxford) des-

dobra a investigação filosófica em sete grandes "campos", aos quais se juntaria (talvez independentemente) a história da filosofia. Adotando essa diretriz, a antologia que organizou foi dividida em onze capítulos, reunidos em três partes.

A primeira parte volta-se para a epistemologia (54 páginas), a lógica (60 p.), a metodologia (na verdade, a filosofia da ciência, 60 p.), a metafísica (70 p.) e a filosofia do espírito (consciência, mente, - "mind", para não deixar dúvidas, 80 p.).

A segunda parte, com os capítulos de seis a nove, cuida da história da filosofia. Pelo prisma de Grayling e seus colaboradores, nessa história é preciso dar especial destaque (1) aos pré-socráticos e Platão (60 páginas); (2) a Aristóteles (40 p.); (3) aos racionalistas (Descartes, Spinoza, Leibniz) e a Kant (44 p.); (3) e aos empiristas (Locke, Berkeley, Hume - 60 p.).

A terceira parte, enfim, com dois capítulos, destina-se ao exame dos valores, ou seja, da ética (40 páginas) e da estética (45 p.).

Os vários capítulos do livro têm estrutura similar. (1) Principiam com "introdução", curta, em geral bem feita (especialmente no cap. 8, onde Roger Scruton separa filosofia da história e história da filosofia); (2) desenvolvem o tema, em linhas atualizadas, fugindo de padrões ortodoxos e de lugares - comuns; (3) apresentam indicações bibliográficas apropriadas, com vários comentários elucidadores.

O capítulo inicial, sobre epistemologia, foi escrito por três autores. O capítulo 4, relativo à metafísica, foi elaborada por dois autores. Cada qual dos demais capítulos ficou a cargo de um especialista. Todos os escritores são, sem exceção, figuras de grande renome nos meios filosóficos. Coordenando seus textos, Grayling procurou indicar de que modo a filosofia vem sendo estudada em Londres. Com maior êxito em algumas partes, menor em outras, Grayling elaborou um verdadeiro manual que permite ingresso nos domínios filosóficos. Somos guiados por mãos seguras. Todavia, nem sempre essas mãos se revelam "amáveis", isto é, nem sempre elas têm preocupações didáticas...

Alguns capítulos são de leitura fácil. Outros, porém, oferecem dificuldades, mesmo para quem já tenha tido prévio contato com os

temas abordados. Isso se deve, em geral, ao fato de o autor desejar manter-se na "linha de frente", junto às últimas conquistas na área em tela.

Faremos, a seguir, um "balanço" geral da obra.

A *epistemologia* (ou *teoria do conhecimento*, como é usual dizer) discute, p. ex., "Que é conhecimento?", "Como o alcançamos?" e dá atenção ao ceticismo - de acordo com o qual, conhecimentos inexistem. O primeiro capítulo do livro abre-se, em função disso, em três seções: (1) definir 'conhecimento' (S. Sturgeon); (2) a percepção sensorial como um dos meios de alcançá-lo (M. Martin); e (3) como contornar argumentos postos pelo ceticismo (Grayling). Interessante, pareceu o trecho dedicado aos tipos principais de ceticismo (problemático e metodológico). Muito curiosa é esta observação de Grayling ("adaptada" aos reclamos desta resenha):

... argumentos cépticos revelam-se mais fortes quando nos pedem justificativa para alegações de que há conhecimento. Justificar algo, porém, não se equipara a erigir teoria. Assim, uma justificação não é refutável; ela só pode ser acolhida ou ignorada. Notando que os cépticos apresentam motivos em que se apoiam a fim de tornar desejáveis as justificações, nossa resposta deve ser uma análise desses motivos, para ver se merecem consideração.

Para Grayling (e, presumivelmente, para uma grande parte dos pensadores britânicos), a lógica filosófica se apresenta como "workshop of philosophy". Os conceitos básicos da filosofia e, a rigor, do pensamento (referência, verdade, existência, identidade, necessidade, quantificação), são estudados por M. Sainsbury. Ele preparou boa lista de "temas de estudo" e muito boa indicação bibliográfica. Todavia, não me agradaram (i) o comentário das idéias de kripke; (ii) a exposição em tomo de "objetos contraditórios" (?!), no item 3.1; e (iii) o discurso a respeito de "entes de ficção".

A busca de conhecimentos tem sua atuação "nobre" (digamos) na ciência. Investigar problemas ligados aos conceitos, pressupostos e métodos da ciência, é atividade que levanta questões filosóficas de suma importância. A parte básica dessa investigação (aqui denominada metodologia) focaliza conceitos e métodos utilizados quando se pesquisa o mundo físico. Tendo em conta esse modo de ver,

D. Papineau escreveu Metodologia, o cap. 3 do livro. Examina indução; leis (naturais); realismo (e instrumentalismo); evidência; confirmação e probabilidade; e explicação. A caracterização que oferece de "indução" pareceu pouco interessante. Contudo, (1) são ótimas as análises "não-humeanas" das leis da natureza e (2) é curiosa a análise da "meta-indução", no item 3.6, em que defende o instrumentalismo, a merecer destaque sempre que as teorias deixam de ter a desejável corroboração.

A metafísica é examinada no capítulo 4. O tema foi abordado por um prisma curioso. Tim Crane escreveu seções a respeito da causalidade, do tempo e dos universais; por sua vez, David Wiggins encarregou-se de escrever acerca da substância. Nesta última seção, as idéias de Aristóteles são apresentadas de modo interessante. Contudo, nas páginas seguintes, em que tais idéias são discutidas, há passagens confusas - que um leigo provavelmente enfrentará com dificuldade. Martin Davies cuidou da "Philosophy of mind" (capítulo 5). Na primeira seção, "Mind and brain", está complicada e difícil a discussão do monismo anômalo (proposto por D. Davidson, entre 1970 e 1993), apresentado como uma das maneiras de superar o dualismo de Descartes - segundo o qual o corpo e o espírito seriam duas entidades independentes. Já o comentário em tomo do papel funcional do "holismo" está bem feito. Ao discutir "consciousness", Davies deixou confusa a introdução, mas redimiu-se ao examinar o "mistério" da correlação entre processos físicos e mentais. A bibliografia é ampla e bem feita. Neste capítulo, quem já teve algum contato com os assuntos discutidos poderá atualizar uma ou duas noções. Quem não teve esse contato prévio, ao contrário, terá suas dúvidas ampliadas e acrescidas de outras muitas dúvidas novas.

O estudo da filosofia dos pre-socráticos até Platão ficou a cargo de C. Janaway.

O capítulo 7, dedicado a Aristóteles, foi elaborado por H. Lawson-Tancred.

Roger Scruton escreveu o capítulo 8, "Filosofia moderna - racionalistas e Kant". A introdução é muito interessante. As nove páginas que tratam de Kant estão particularmente bem feitas. Note-se que Scruton é rigoroso em suas observações, não hesitando em afirmar

(p. 482) que "there is only one acceptable edition of the *Critique of pure reason in England*". (Trata-se da versão elaborada por N. Kemp Smith.)

Empiristas (Locke, Berkeley e Hume) são examinados por Grayling.

Bernard Williams escreveu o capítulo 10, "Ethics". O último capítulo, "Aesthetics" ficou a cargo de Sebastian Gardner.

Williams dá atenção às teorias éticas e à meta-ética. Prepara o terreno para uma interessante discussão da **psicologia moral** - que culmina com a questão do livre-arbítrio.

Gardner fala do juízo estético e da experiência estética. Seus autores "base" são Hume e Kant. Em seguida, examina os conceitos da filosofia da arte. Apoiando-se em Schiller, Hegel, Schopenhauer e Nietzsche, discute as teorias da arte.

As 47 páginas finais contêm (duas colunas em cada página) um excelente índice remissivo - que facilita sobremaneira a busca de itens de interesse, nesta verdadeira "selva" filosófica - de méritos inegáveis, embora não muito fácil de percorrer inteira.

Leonidas Hegenberg

Res r 26 - junho 96.

Anthony Kenny (org.)

THE OXFORD ILLUSTRATED HISTORY OF WESTERN PHILOSOPHY, Oxford, Oxford University Press, 1994, 407 páginas (\$ 25,00 libras).

Uma equipe de seis especialistas qualificados, sob a orientação geral de A Kenny, professor de filosofia da Oxford University, elaborou interessante história ilustrada da filosofia ocidental.

Antes de mais, uma palavra a respeito das ilustrações. O livro contém três mapas; 16 páginas coloridas (incluindo, p. ex., fotografias de "A escola de Atenas", de Rafael; de "Virgem Maria", de Ingres; de um manuscrito do século 14, com as representações de Sócrates, Aristóteles, Platão e Sêneca); e cerca de 150 figuras de variados tipos. É óbvio (diz o organizador do livro) que os temas abstratos da filosofia não se representam, em uma história ilustrada, de forma comparável à forma pela qual máquinas e implementos agrícolas seriam representadas em uma história pictórica da agricultura. Conseqüentemente, foi preciso recorrer a retratos (autênticos ou imaginários) de pensadores ilustres; a fotografias de locais ou objetos relacionados às vidas desses pensadores; a fotografias de alguns textos escritos por eles, a caricaturas, desenhos, reproduções de quadros interessantes. Que mais, aliás, poderia adornar uma história da filosofia?

Talvez seja oportuno lembrar, neste ponto, que uma história da medicina, assim como uma história da arte, por exemplo, podem ficar a cargo de leigos em medicina ou em arte. O mesmo não acontece com uma história da filosofia. O organizador nota, no prefácio, que uma história como a que preparou só poderia ser escrita, afinal, por filósofos. De fato, ao interpretar o que foi dito por um pensador qualquer, no passado, um estudioso não pode deixar de apresentar razões que fundamentaram as conclusões daquele pensador e não pode deixar de

avaliar sua argumentação. Ora, deixar explícitas as razões que alicerçam idéias e, em paralelo, avaliar a "lógica" dos argumentos é, sem dúvida, filosofar...

Isso dito, passemos ao conteúdo da obra.

Os seis autores (citados abaixo) são filósofos renomados. Fizeram seus estudos de filosofia acompanhando a linha analítica. No que concerne à formação básica - embora não no que concerne às tendências atualmente mantidas - pertencem à tradição anglo-norte-americana.

A história da filosofia ocidental foi apresentada em seis partes. As cinco primeiras focalizam o desenvolvimento da filosofia; uma sexta parte volta-se para a filosofia política. Autores de cada uma das cinco primeiras partes estudam um período da história da filosofia, dando particular atenção ao contexto intelectual em que as idéias do período se desenvolveram. O autor da sexta parte examina o surgimento e o destino de idéias políticas.

Importa notar que houve, em todos os capítulos, a preocupação de discutir as noções relevantes de modo claro e acessível. Em todo o texto, personalidades e idéias são capturadas com o desejável espírito de finesse, de modo a realçar a riqueza e a vitalidade da filosofia, em ampla gama de épocas e culturas.

O organizador nota, ainda, que a filosofia sempre foi alvo de controvérsias. Não admira, pois, que sua história também esteja recheada de controvérsias. Todavia, há limites para as discussões e divergências. Convidando especialistas de nossos dias a indicar os seis "maiores" filósofos de todos os tempos (no Ocidente), nenhum deles, presumivelmente, deixaria de citar Platão, Aristóteles, Descartes e Kant. As opiniões poderiam variar quanto aos outros dois. Alguns optariam por Tomás de Aquino e Hume; outros, por Leibniz e Frege; terceiros, por Hegel e Marx ...

Os autores que se encarregaram de escrever os vários capítulos da obra em tela, discutem, com a desejável amplitude, as principais idéias de filósofos que qualquer especialista recomendaria fossem examinados em uma história como esta. Além de uma dúzia de

filósofos "notáveis", tendo em conta a permissível variação de preferências e de enfoques, dezenas de outros filósofos são mencionados, porém menos minuciosamente estudados.

O livro se desdobra nos seguintes capítulos. I. Filosofia antiga (Stephen Clark, da Liverpool University), com 50 páginas, examina os sofistas; Platão; Aristóteles; estoicos, epicureos. II. Filosofia medieval (Paul V. Spade, da Indiana University), outras 50 páginas, focaliza o período da patrística; Santo Agostinho; Boécio; Eriugena; Anselmo; Abelardo; Tomás de Aquino; Boaventura; Duns Scott; Ockham; os pensadores de final do período medieval.

O capítulo III. De Descartes a Kant (Anthony Kenny, da Oxford University) é o mais longo do livro. Enfatiza, como de esperar, mas em uma centena de páginas, numa ordem extremamente lúcida, Descartes, Locke, Berkeley, Spinoza, Leibniz, Hume e Kant.

O capítulo IV De Fichte a Sartre, na Europa Continental (Roger Scruton, da Boston University), dá especial atenção, em quase 50 páginas, a Fichte, Schelling, Schiller, Hegel, Feuerbach, Marx, Schopenhauer, Nietzsche, Kierkegaard, Bergson, Croce, Brentano, Husserl, Schleiermacher, Dilthey, Heidegger e Sartre. Já o capítulo V. De Mill a Wittgenstein, (David Pears e o organizador, A Kenny, ambos de Oxford), em quase 50 páginas, discute Mill, Frege, Russell, os pensadores do Círculo de Viena e Wittgenstein. (Obs.: Pears cuidou de Wittgenstein; Kenny escreveu o restante do capítulo.)

Com certa surpresa, verifica-se que o capítulo final, com 100 páginas (elaborado por Anthony Quinton, também de Oxford), se volta para a Filosofia política Quinton enfatiza não apenas as idéias de pensadores "clássicos" (Platão, Aristóteles, Sêneca, Cícero, Stº Agostinho, Tomás de Aquino e Dante, p. ex.) como também as idéias de certas figuras muito discutidas pelos cultores dessa área (Machiavelli, Thomas More, Hobbes, Locke, Rousseau, Burke, Coleridge, Bentham, Marx) e as idéias de autores "menores", como, digamos, Paine e Godwyn (e alguns contemporâneos menos divulgados, aqui entre nós - tendo em conta minhas parcas informações nesta área).

O organizador escreveu breve "Afterword" (sete páginas) em que fala dos desenvolvimentos recentes da filosofia. Em 1960, diz ele,

o mundo filosófico ocidental podia ser dividido em quatro "pedaços" aproximadamente equipolentes (em termos de importância e alcance). Seriam (1) o existencialismo; (2) a filosofia analítica; (3) o marxismo; e (4) o tomismo, orientado pela Igreja Católica. Depois de 1960, porém, as quatro partes começaram a perder fronteiras, a apresentar fissuras e a sofrer alterações de maior profundidade. A Alemanha, a Itália e até a Espanha se abriram para os métodos analíticos. Na França, o estruturalismo deu lugar a um pós-estruturalismo "radical", de caráter lingüístico, de Saussure e de Jakobson - mas bem diverso da filosofia da linguagem defendida em terras inglesas ou norte-americanas. Em anos recentes, no entanto, essas escolas se interpenetraram. O mesmo poderia ser dito, em outro nível, a respeito das "trocas" havidas entre tomismo e marxismo. Essas duas correntes, ensinadas em universidades cujos propósitos eram mais políticos do que filosóficos, são agora livremente debatidas em todos os cantos do globo, gerando, como não podia deixar de acontecer, por mútua fecundação, um grande número de idéias inovadoras.

O professor Kenny termina seus comentários observando (tradução mais do que livre): "É inegável que os erros do passado, hoje criticamente analisados, não conduzem a acertos nos dias de hoje. Assim como nós criticamos os pensadores antigos, os do futuro criticarão nossas idéias - igualmente pobres e provisórias." É difícil discordar...

O livro de Kenny contém excelente tabela cronológica (p. 371-378) e ótima lista de "leituras recomendadas" (p. 379-391), com anotações preciosas. O índice remissivo de assuntos e nomes próprios (p. 395-407) é de utilidade indiscutível.

Leonidas Hegenberg

Res r 28 (abril 96).